

SOBREPESO/OBESIDADE E NÍVEIS DE COLESTEROL TOTAL EM ESCOLARES ADULTOS JOVENS

Raquel Sampaio Florêncio¹

Dafne Lopes Salles²

Jênifa Cavalcante dos Santos Santiago³

Emiliana Bezerra Gomes⁴

Thereza Maria Magalhães Moreira⁵

Nas últimas décadas, o panorama brasileiro e mundial de doenças crônicas e agravos não transmissíveis (DANT) tem se revelado como um novo desafio para a saúde pública. Em 2001, no Brasil, as DANT foram responsáveis por 62% de todas as mortes e 39% de todas as hospitalizações registradas no Sistema Único de Saúde. A obesidade, além de pertencer ao grupo DANT's, é considerada como fator de risco para outras DANT's, tais como as doenças do aparelho cardiovascular e, além de estarem fortemente representadas nas causas de morte, tem elevada morbidade relacionada. Estima-se que, atualmente, os gastos com internações hospitalares, consultas, medicação e cirurgia para o tratamento da obesidade e suas comorbidades já consomem 12% do orçamento destinado à saúde. No que se refere ao adulto jovem, foco dessa pesquisa, há de se considerar questões psicossociais típicas do desenvolvimento humano nessa fase, o que, de certa forma, o suscetibiliza. Apesar do conhecimento acumulado e difundido sobre o tema parece difícil desenvolver um estilo de vida saudável, onde vários fatores de risco estão relacionados e influenciados pela cultura do prazer instantâneo, fácil e comprável, disseminada na mídia e reforçada pelo consumismo da sociedade atual. Outra questão, oportunizada pelo caráter assintomático das co-morbidades associadas à obesidade, é o impacto dos fatores de risco comportamentais guiados pela ideia de que os problemas de saúde são sentidos em idades mais avançadas^{1,2}. Portanto, a necessidade da avaliação e monitoramento de ações de controle e prevenção deste agravo nesta população se faz necessária³. Diante dessa situação epidemiológica e visando ações de promoção da saúde, verifica-se que setores diferentes estão trabalhando em conjunto na busca de alternativas para permitir mudar essa realidade e contribuir para melhores níveis de saúde da população. Foi nessa perspectiva que o Programa Saúde na Escola (PSE), do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, foi instituído em 2007 pelo Decreto Presidencial nº 6.286. Fruto do esforço do governo federal em construir políticas intersetoriais para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Nesse contexto, as políticas de saúde e educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira estão unindo-se para promover o desenvolvimento pleno desse público. O Programa Saúde na Escola (PSE) vem contribuir para o fortalecimento de ações na perspectiva do desenvolvimento integral e proporcionar à comunidade escolar a participação em programas e

¹ Enfermeira. Discente do Mestrado Acadêmico em Saúde Pública. Membro do Grupo de Pesquisa Epidemiologia, Cuidado em Crônicas e Enfermagem-GRUPECCE/CNPq.

² Interna de Enfermagem do 9º semestre da graduação em Enfermagem da UECE. Membro do GRUPECCE.

³ Enfermeira. Mestre em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde-PCCLIS. Professora Substituta do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Ceará-UECE. Membro do GRUPECCE.

⁴ Enfermeira. Mestre em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde. Doutoranda do PCCLIS. Docente da Universidade Regional do Cariri (URCA). Colaboradora do GRUPECCE. E-mail: emiliana.bg@hotmail.com

⁵ Enfermeira. Adjunto da UECE. Docente do PCCLIS. Pós-doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo-USP e Pesquisadora do CNPq.

projetos que articulem saúde e educação, para o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens brasileiros. Essa iniciativa reconhece e acolhe as ações de integração entre saúde e educação já existentes e que têm impactado positivamente na qualidade de vida dos educandos⁴. Qualidade esta que pode ser avaliada por uma série de indicadores socioeconômicos, psicossociais, clínicos e laboratoriais. Considerando neste último, o resultado objetivo de uma situação de vulnerabilidade às doenças crônicas. Nesse sentido, objetivou-se delinear um estudo que analisasse a relação existente entre sobrepeso/obesidade e os níveis de colesterol total em escolares adultos jovens. O alcance de tais objetivos pode vir a subsidiar as ações de promoção da saúde a serem desenvolvidas no PSE. Tratou-se de um estudo quantitativo, de associação, realizado com 501 escolares adultos jovens matriculados nas escolas de Maracanaú-Ceará-Brasil. Para fins de delimitação, foram considerados para a amostra aqueles jovens com idade de 20 a 24 anos, de acordo com o marco legal brasileiro que contextualiza o Estatuto da Criança e do Adolescente no âmbito da saúde do adolescente e do adulto jovem⁵. A coleta de dados envolveu a aplicação de questionário com as variáveis idade, sexo, raça, estado civil, ter filhos, outra ocupação além de estudante, renda mensal; aferição de peso e altura, utilizando balança antropométrica devidamente calibrada e coleta de amostra sanguínea para exames laboratoriais. A análise dos dados foi realizada por meio do programa estatístico SPSS versão 20.0, onde se procedeu o cálculo de frequências simples e percentuais, testes estatísticos (qui-quadrado), bem como o cálculo do *odds ratio* a um intervalo de confiança (IC) de 95%, sendo considerado o nível de significância de 5%. Todos os aspectos ético-legais foram seguidos, tendo sido o estudo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará sob o nº de parecer: 11044795-6. Os resultados do estudo mostraram que os escolares adultos jovens do referente município cearense apresentaram idade média de 21,05 anos ($\pm 1,31$), bem como homogeneidade em relação à variável sexo (49,1% eram homens e 50,9% mulheres). Outras características identificadas e de relevância para o estudo foram: maior parte de não-brancos (66,9%), maioria de solteiros (76,2%) e 10,6% casados; quase um terço já possuía filhos (21,8%), pouco mais da metade tinha outra ocupação além dos estudos (59,1%) e a grande maioria recebia até dois salários mínimos (80,0%). Nesta população, evidenciou-se, ainda, que pouco mais da metade estava com Índice de Massa Corpórea (IMC) normal (58,7%), enquanto que pouco mais de um terço apresentou sobrepeso/obesidade (35,7%). Dos jovens, a grande maioria apresentou colesterol total normal (89,4%), enquanto que 1,2% estava com os níveis alterados. A média dos níveis de colesterol total foi de 164,7 mg/dl ($\pm 22,7$ mg/dl). Quando foi relacionado o IMC e o colesterol total, pôde-se perceber que, daqueles que apresentaram colesterol total alterado, 83,3% estava em sobrepeso/obesidade. Aqueles com sobrepeso/obesidade tiveram 9,1 mais chances de ter colesterol total alterado, relação esta estatisticamente significativa (IC 95%: 1,1 – 78,5; $p = 0,015$). Percebeu-se que a condição de sobrepeso/obesidade associou-se com os níveis de colesterol total alterados. Apesar de outros fatores estarem relacionados a este aumento do colesterol, tal fato confirma a necessidade de intervenções mais efetivas de mudança de estilo de vida e hábitos pessoais, porque as intervenções realizadas na infância, adolescência e fase jovem, período crítico para o desenvolvimento de fatores de risco, são recomendadas como forma de evitar desfechos na vida adulta. A Enfermagem está diretamente relacionada ao processo de saúde-enfermidade-cuidado, contribuindo de forma efetiva por meio da promoção da saúde cardiovascular, pelo monitoramento e atendimento de enfermagem às demandas de saúde específicas dessa população. O estudo da saúde desses grupos permite a atuação do enfermeiro na prevenção do aparecimento de doenças crônicas não transmissíveis, com diminuição das complicações crônicas nos adultos e idosos e desenvolvendo políticas de promoção da saúde.

DESCRITORES: Enfermagem. Sobrepeso. Obesidade. Saúde escolar.

REFERÊNCIAS

1. Malta DC, Moraes Neto OL, Cezário AC, Silva Junior JB, Moura L. A construção da vigilância e prevenção das doenças crônicas não transmissíveis no contexto do Sistema Único de Saúde. *Epidemiol Serv Saúde* 2006; 15(3): 47-65.
2. Barreto SM, Passos VMAP, Giatti L. Comportamento saudável entre adultos jovens no Brasil. *Rev Saúde Pública* 2009; 43(supl. 2): 9-17.
3. Anjos LA. *Obesidade e saúde pública*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006. (Coleção Temas em Saúde).
4. Ministério da Saúde (BR). Ministério da Educação. *Programa Saúde na Escola*. Brasília: Ministério da Saúde; 2008.
5. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. *Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Marco legal: saúde, um direito de adolescentes*. Brasília: Ministério da Saúde; 2005.

Área temática: Saúde e qualidade de vida